

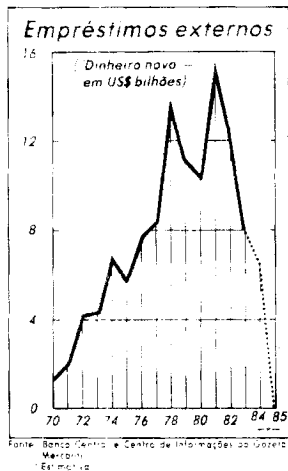
# Brasil vai pedir créditos comerciais

por Celso Pinto  
de Brasília

O Brasil vai tentar compen-  
salar a firme resistência  
dos banqueiros em montar  
um novo "jumbo" para o  
País, em 1985, mudando o  
alvo do pedido. Em lugar  
de insistir em "dinheiro no-  
vo", sem destino específi-  
co, o governo tentará am-  
pliar os créditos comer-  
ciais.

Na última negociação ex-  
terna, a chamada "fase 2",  
estes créditos, reunidos no  
"projeto 3", somaram US\$  
10 bilhões. O governo consi-  
dera este valor bastante su-  
bastimado, em relação ao  
volume do comércio exte-  
rior e à média histórica.  
Supõe, por esta razão, que  
não seria difícil elevá-lo pa-  
ra cerca de US\$ 14 bilhões.

Há uma diferença sub-  
stantiva entre os dois pedi-  
dos. Pedir "dinheiro no-  
vo", no "projeto um", sig-  
nifica montar um emprés-  
timo "jumbo", dividido en-  
tre os quase quatrocentos  
bancos credores do Brasil,  
sem um destino final es-



pecífico. São recursos que  
entram, parceladamente,  
no cofre do Banco Central  
e podem, posteriormente,  
ser realocados, a critério  
dos bancos, para tomado-  
res privados ou estatais.

A experiência das pri-  
meiras duas fases de nego-  
ciação externa mostra que  
esta realocação é lenta e,  
às vezes, complicada. O  
grosso do dinheiro acaba fi-  
cando nas mãos do BC, pa-  
ra cobrir necessidades de  
balanço de pagamentos, e  
fatalmente implica engor-  
dar o "risco Brasil" nas  
carteiras dos bancos.

O crédito comercial, ao  
contrário, sempre está vin-  
culado a uma operação es-  
pecífica. Ele pode ser um  
pré-financiamento ou fi-  
nanciamento ao exporta-  
dor ou importador. Nem  
sempre, portanto, ele im-  
plica aumento do "risco  
Brasil": pode ser destina-  
do simplesmente ao finan-  
ciamento do importador de  
produtos brasileiros no ex-  
terior.

Por esta razão, o governo  
brasileiro imagina haver  
muito menos resistências  
dos bancos internacionais a  
um pedido nesta direção.  
De outro lado, para um co-  
mércio exterior estimado,  
em ambos os sentidos, em  
quase US\$ 45 bilhões no  
próximo ano, certamente o  
atual volume de US\$ 10 bi-  
lhões é subestimado.

Este tipo de crédito co-  
mercial não é, na verdade,  
substituto perfeito do di-  
nheiro novo do "projeto  
um". Enquanto o "jumbo"  
significa recursos de longo  
prazo, com alguns anos de  
carência, os créditos co-  
merciais, em sua maioria,  
têm prazo inferior a 360  
dias. O ideal seria preen-  
cher necessidades do ba-  
lanço com dinheiro de lon-  
go prazo, mas o aumento  
da oferta de dinheiro de  
curto prazo pode, pelo me-  
nos, reduzir um pouco o ris-

co embutido em não se pe-  
dir "new money" em 1985.

Alguns setores do gover-  
no insistem em dizer que a  
questão sobre a necessida-  
de ou não de dinheiro novo  
ainda está, teoricamente,  
em aberto. A atitude do mi-  
nistro da Fazenda, Ernane  
Galvêas, ao anunciar à im-  
prensa a disposição oficial  
em não pedir "new mo-  
ney", estreitou muito, na  
prática, o espaço de nego-  
ciação. Como disse uma  
fonte com livre trânsito  
junto aos bancos interna-  
cionais a este jornal, "de-  
pois de o ministro da Fa-  
zenda afirmar que não é  
preciso dinheiro novo, co-  
mo convencer, agora, os  
bancos em pensar outra  
vez a respeito"?

Outra fonte, também  
com acesso aos credores,

(Continua na página 15)

Os bancos europeus  
Dresdner e Midland afir-  
maram estar dispostos a  
fornecer mais recursos ao  
Brasil na próxima rodada  
de negociação da dívida ex-  
terna, embora observem  
que as condições para um  
acordo melhoram se não  
houver necessidade de di-  
nheiro novo.

(Ver página 15)